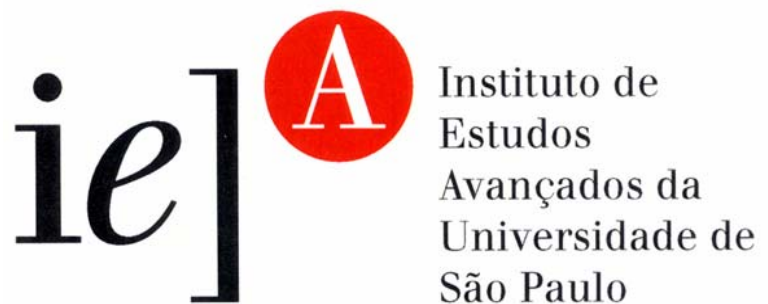


China e Japão: Parceiros ou Rivais

Amaury Porto de Oliveira



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

China e Japão: Parceiros ou Rivais*

Amaury Porto de Oliveira

Meu propósito, nesta apresentação, é captar a dinâmica do inter-relacionamento China-Japão, na perspectiva do esforço de modernização em que se acham empenhados os dois países. É propósito bastante ambicioso, tanto mais quanto eu não usarei a idéia de modernização como simples referência à adequação das sociedades chinesa e japonesa às realidades tecno-sociais do presente. Vou recorrer ao conceito bem mais estruturado posto em circulação por professores americanos como o Dr. Cyril E. Black ou Edward L. Morse, ambos da Universidade de Princeton.¹

Para essa corrente de pensamento, modernização é a designação a ser dada a uma etapa bem precisa do desenvolvimento da sociedade humana, só plenamente identificável no período entre 1890 e 1960. Nesse período, todos os aspectos da atividade social são vistos passando por modificações revolucionárias, só comparáveis às da invenção da agricultura e domesticação dos animais, nove ou dez mil anos antes. Evidentemente, as modificações em causa vieram sendo preparadas por um acúmulo de inovações menores, que os elaboradores da teoria vêm começando no século XVII. Dois pontos de partida são por eles identificados naquele então: a revolução científica liderada por Newton e a criação, pelo Tratado de Westphalia (1648), do moderno sistema de Estados. Mas foi somente nos sessenta anos acima delimitados que as modificações definidoras da modernidade chegaram a grau de amadurecimento e de mútuo reforçamento com característica de linha divisória.

Do lado de cá da linha está o punhado de sociedades efetivamente modernas, as quais são fruto de duas linhas evolutivas, presas aos pontos de partida atrás citados. Uma sociedade efetivamente moderna reflete: A) os efeitos acumulados do avanço do conhecimento possibilitado pela revolução científica; B) transformações estruturais nas relações entre os membros do sistema de Estados, estreitamente ligados aos efeitos do crescimento do conhecimento científico e tecnológico, tendentes a privilegiar a interdependência entre os Estados sobre o sacrossanto princípio da soberania, base do velho sistema de Westphalia.

* Texto do evento realizado no Instituto de Estudos Avançados “China e Japão: Parceiros ou Rivais” em 1995.

A esse último respeito, vale registrar a iluminante análise de Mark W. Zacher,² focalizando o desmoronamento, no pós-Segunda Guerra Mundial, de vários dos pilares do sistema de Westphalia. Destacarei os ataques sofridos por três desses pilares: 1) o desenvolvimento das armas nucleares e a alta fragilidade das sociedades industrializadas alterou por completo o cálculo do custo/benefício do recurso à força, que antes tornava aceitável recorrer à guerra para dirimir questões de soberania; 2) bom número de atividades no âmbito doméstico dos países adquiriram peso de externalidade física, aumentando sua nocividade transfronteiriça e suscitando pressões em prol de formas de cooperação internacional, inevitavelmente limitativas da antiga autonomia dos Estados; 3) os fluxos transfronteiriços de informações e capitais elevaram enormemente a interdependência das diversas economias, com o resultado de que os Estados vão tendo de constringer sua exaltada soberania, submetendo-a a um emaranhado de regimes internacionais, explícitos e implícitos.

Como expressão das duas linhas evolutivas acima caracterizadas, a modernização foi fenômeno historicamente europeu. Num trabalho de 1964, Bruce Russett e outros³ arrolaram apenas catorze países merecedores de designação de sociedades altamente modernas. Utilizando um índice composto que tomava em conta o PIB per capita, a porcentagem da população residente em centros urbanos, nível de alfabetização e dados sobre a educação superior dos habitantes, esses pesquisadores incluíram na lista final dez países da Europa Ocidental (mas não os ibéricos e a Itália) e quatro projeções europeias no além-mar; EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O Japão, único país da grande área afro-asiática-latino americana a ter efetivamente cruzado as portas da modernidade, atravessava no momento da elaboração da lista em apreço uma recaída na situação de subdesenvolvimento, em conseqüência das destruições trazidas pela Guerra do Pacífico. Não foi assim incluído.

Na segunda metade do século XIX, no entanto, os europeus submeteram o globo às peias do seu sistema westphaliano dos Estados. Não de maneira criativa, e sim sob a sanha avassaladora do que se chamou o Imperialismo. Uma nova onda de conquistadores europeus partilhou a África Subsaariana, instalou-se no Sudeste Asiático, apossou-se de ilhas no Pacífico e no mar dos Caraíbas, subordinou aos seus esquemas político-econômicos a África do Norte e o Oriente Próximo, e penetrou nas estruturas do poder na América Latina. O auge dessa onda foi atingido nas décadas finais do século XIX, mas desde o começo dele o capitalismo industrial tinha vindo revelando seu impulso colonizador. China e Japão haviam sentido a violência dessa investida ocidental e é de tal

coincidência de destinos, sob o impacto da modernização, que darei início à minha tentativa de entender o inter-relacionamento dos dois países.

Quando as belonaves do Comodoro Perry retiraram os japoneses, numa certa manhã de 1853, de três séculos de bendita insularidade, já fazia tempo que os nipônicos acompanhavam com atenção os avanços europeus na Índia e na China. A elite japonesa, no governo e fora dele, estava já determinada a não deixar seu poder ser sangrado de dentro pelos forasteiros, e embora acedendo num primeiro momento às exigências de abertura do mercado doméstico às mercadorias ocidentais, logo passou a implementar um programa de capacitação tecnológica e formação de recursos humanos, orientado para colocar o Japão no nível de poderio industrial e militar exibido pelos agressores.⁴

Os chineses não puderam ter a mesma reação. Na altura de 1800, conforme acentua Akira Irye,⁵ a China era provavelmente o país mais rico do mundo, não somente em termos de recursos naturais e população, mas também pelo desempenho econômico: a China entrava com um terço da produção mundial de manufaturas. Grande era o acervo de realizações técnicas e científicas acumuladas por chineses em séculos passados. Mas tudo isso de nada valeu diante do fato inovador que era a modernização posta de pé pelos europeus. No final do século XIX, a parte da China na produção mundial de manufaturas caíra a 6% e tornara-se extremamente baixo o nível tecnológico do produto chinês. Ainda mais significativo: as estruturas econômica e política da velha China estavam-se desmoronando sob os golpes dos europeus, aos quais juntara-se o novo Japão.

Muito se tem escrito sobre as razões da impotência demonstrada pelos chineses diante do assalto da modernização. Não me estenderei no tema, tendo em vista a falta de tempo para fazê-lo. Seria preciso reconstituir a evolução econômica e social de China e Japão, nos séculos anteriores, para explicar porque foram limitados e mal sucedidos na China, ao mesmo tempo que amplos e exitosos no Japão, os ensaios de resistência às pressões de fora. Numa síntese abrangente, direi que a evolução japonesa fora conducente ao aparecimento, no passado, de uma elite desenvolvimentista, corpo de apoio do Estado desenvolvimentista que modernizaria o Japão; a China vinha envolvendo, desde meados do século XVII, sob a dinastia estrangeira, manchu, dos Ch'ing, notável pelos mecanismos descentralizadores e ineficientes com que fazia perdurar seu controle do país: a elite chinesa tornou-se crescentemente passiva e voltada para o âmbito regional. Sob o impacto da modernização, a China não produziu nem elite nem Estado desenvolvimentista.⁶

O elemento central da resposta do Japão aos europeus foi a decisão consensual de governantes e líderes privados de elevar o país ao nível de modernidade das potências

industrializadas. No outro lado do mundo, a Alemanha em processo de unificação tomava igual decisão. Sobrevindos quando já iam avançadas as industrializações da primeira vaga, os impulsos modernizadores de Alemanha e Japão distinguiam-se do modelo clássico inglês, assemelhando-se no entanto entre si. Empenhados numa industrialização tardia, os dois países precisaram suplementar os mecanismos do mercado com a ação estatal para a mobilização e redistribuição dos investimentos, num quadro de instituições financeiras centralizadas, níveis de consumo de massa relativamente baixos e poder econômico concentrado nas mãos de gigantescos cartéis. Lançaram, em suma, uma linha alternativa à tradição anglo-americana, vendo a modernização como processo essencialmente político.⁷

Diferença essencial existiu, contudo, entre Japão e Alemanha. Enquanto produto da evolução da Europa Ocidental, a Alemanha dispunha de substancial acúmulo de capitais e recursos humanos, que mesmo se não diretamente adequados à edificação da sociedade industrial, assegurava-lhe um nível de capacitação técnica e científica muito próximo do ótimo. O Japão saía de outra área geográfica, com tradições culturais e sociais distintas das européias. Tratava-se para ele não somente de ajustar o ritmo de desenvolvimento às exigências da modernização. Era-lhe também preciso cruzar o fosso tecnológico e crítico que a modernização estava criando entre os países industrializados e o resto. Além de industrializante, o esforço japonês teve de ser desenvolvimentista. Na grande área geográfico-cultural afro-asiática-latino americana, o Japão permanece, até hoje, como o único país a ter efetivamente cruzado a barreira do clube dos industrializados. Sua experiência secular a esse respeito constitui repositório insubstituível de ensinamentos para outros candidatos à façanha. Coreia do Sul, Taiwan e Singapura vêm absorvendo com êxito as lições japonesas. E a China começa a fazê-lo.

Examinarei mais adiante o desdobramento sobre o Leste Asiático da versão japonesa da modernização, movimento que prolonga a primeira daquelas duas linhas evolutivas a que me referi anteriormente: a do avanço do conhecimento técnico-científico. Antes de passar a isso é necessário evocar os efeitos, sobre o relacionamento Japão-China, da extensão ao Leste Asiático, no curso do século XIX, do sistema europeu da convivência entre Estados.

Sob o sistema de Westphalia, o peso relativo dos Estados era medido em termos de capacidade de adquirir e manter território, vale dizer, de assegurar o círculo da própria soberania, se necessário pela força das armas. Manter forças armadas em permanente estado de preparo técnico e adequadamente equipadas era obrigação de qualquer Estado digno desse nome. Estado em instância de "modernização", o Japão da Era Meiji logo

cuidou de comportar-se como potência westphaliana. Em começos dos anos 890 já se dotara o Japão de moderno exército de sessenta mil homens e de marinha de guerra com vinte e oito navios. Na mesma época, reagindo a pressões semelhantes às que se abatiam sobre o Japão, a China também pusera trezentos e cinqüenta mil homens sob armas e levantara uma esquadra com mais de setenta belonaves. À diferença do Japão, no entanto, a China dos Ch'ing não pudera engajar-se na modernização econômica e tecnológica, e inclusive suas forças armadas representavam um amálgama de exércitos provinciais, sem comando nacional unificado. Quando o Japão decidiu, em 1894, arrebatá-la da China a influência sobre a península coreana, a guerra foi curta e a derrota chinesa fragorosa.

Para o Japão, a guerra sino-japonesa de 1894-95 foi a primeira de uma série de campanhas militares "pagantes", em termos de cálculo de custo/benefício westphaliano. As reparações de guerra extraídas da China não somente ressarciram o Japão dos gastos com a mobilização militar, como deixaram também um saldo positivo investido na primeira siderúrgica da Era Meiji. Do ponto de vista territorial, além do abandono pelos chineses de pretensões sobre a Coréia, a China cedeu ao Japão a posse de Formosa e das Ilhas Pescadores, bem como privilégios na Península de Liaotung. Tivera início a construção do Império Japonês, e as potências européias passaram a olhar o Japão com novos olhos. É interessante verificar que a China, profundamente chocada pela derrota nas mãos de um antigo discípulo visto até então com certo desdém, voltou-se para Tóquio como um centro de irradiação de saber para os novos tempos. Dez anos depois da guerra, mais de dez mil jovens chineses estavam matriculados em estabelecimentos de ensino do Japão, não faltando quem afirme que os japoneses estimulavam essa cooperação cultural, no intuito de formar futuros líderes chineses simpáticos às causas nipônicas.

Em 1902, o Japão assinou com a Grã-Bretanha um pacto de aliança, que simbolizou o reconhecimento pelo líder militar do mundo, na época, dos "interesses especiais" do Japão no Nordeste Asiático. A humilhante derrota imposta à Rússia czarista, logo a seguir, consolidou a integração do Japão no círculo das grandes potências. Dois acordos por troca de notas entre a capital japonesa e a de uma outra ambição imperial igualmente emergente, os EUA, foram típicas da nova distribuição de forças internacionais. Em 1905, o memorando Taft-Katsura assegurou a não interferência dos EUA na área de influência japonesa da Coréia, em troca da passividade do Japão diante da ocupação americana das Filipinas. Em 1908, a troca de notas Root-Takahira manifestou o interesse dos dois lados do status quo regional.⁸

Não será praticável continuar descrevendo, ainda que em linhas gerais, a marcha do expansionismo japonês até sua exacerbação militarista dos anos 30 e os excessos da Guerra do Pacífico. Para ser justo, direi apenas que não existiu determinismo étnico ou histórico, japonês, na degeneração em fascismo do esforço modernizador do Japão. Tal como na evolução paralela da Alemanha, atuaram no Japão mecanismos típicos da formação de impérios na etapa madura do sistema de Westphalia, que vêm, aliás, despertando a atenção dos historiadores nos últimos anos.⁹ No tocante ao Japão, observa-se que, após a ocupação da Manchúria por iniciativa do Exército de Kwantung (1931), começaram os custos da expansão imperial a deixar de ser compensados pelos benefícios. Começara a fase de "sobrexpanção", na qual desaparece a possibilidade de correções de curso: empecilhos que sobrevenham tendem a ser superados por mais expansão e agressão preventiva.

A China foi, possivelmente, o país que mais sentiu a violência da expansão e sobrexpanção imperiais do Japão. Episódios como o do notório "estrupe de Nanquim" compõem o que os historiadores chamam a dívida da História, um dos elementos básicos na evolução do relacionamento China-Japão, no pós-Segunda Guerra Mundial. Os chineses estão sempre atentos para tentativas no seio do governo japonês de ocultar ou tergiversar fatos associados a essa dívida da História, e têm-se mostrado hábeis em obter concessões compensatórias de parte dos japoneses, para a construção econômica da China. Não é de crer que esse elemento possa efetivamente prejudicar o desenvolvimento da cooperação nipo-chinesa. sobretudo depois do gesto de elevada consideração de Tóquio para com Pequim, que foi a visita do Imperador Akihito e da Imperatriz à China em setembro de 1992. Em situações de crise, a dinâmica da cooperação tem-se sobreposto às preocupações com a dívida da História, como foi nitidamente o caso quando dos acontecimentos infelizes de Tiananmen. Os seis ou sete anos anteriores haviam sido particularmente ásperos no nível das relações entre Pequim e Tóquio, com os chineses não deixando escapar oportunidade para descobrir e fustigar evidências de renascimento do militarismo japonês. Os acontecimentos de 1939 foram, no entanto, tratados pelas duas capitais com um grau de requinte diplomático e sensibilidade política sem precedentes, conforme acentuou Allen S. Whiting. Na cúpula de Houston do G-7 (julho de 1990), o Japão rompeu a frente dos industrializados contra a China, anunciando sua decisão de reiniciar a ajuda financeira às reformas chinesas. A maior compreensão assim demonstrada pelo Japão, em relação às motivações chinesas no episódio de Tiananmen, terá contribuído para consolidar em Pequim a visão de um futuro mais voltado para as forças regionais. Em pronunciamento de

fevereiro de 1991, o Ministério do Exterior chinês deu curso à idéia de uma esfera econômica do Leste Asiático, tendo a China e o Japão como núcleo.

Cabe lembrar que, de 1950 até a abertura dos anos 70, as relações entre o Japão e a China haviam caído quase a zero, em consequência do embargo imposto pelos EUA a contatos com a RPC, no quadro da Guerra Fria. Em 1954, o Japão fora inclusive compelido a reconhecer o regime de Taipé como o governo legal e único da China. Em 1972, no entanto, Washington chocou os japoneses com a súbita visita do Presidente Nixon a Pequim, e Tóquio não perdeu tempo. Antes do fim do ano foram rompidas as relações com Taipé e o Primeiro Ministro Kakuei Tanaka visitou pessoalmente Pequim para dar início à nova fase do relacionamento entre os dois vizinhos. Seis anos mais tarde, foram assinados um tratado de paz (agosto de 1978) e um convênio comercial de prazo longo, desenvolvimentos esses que deram respaldo internacional ao lançamento, em dezembro do mesmo ano de 1978, do movimento das "Quatro Modernizações".¹⁰ Para dar perspectiva histórica a esse movimento, impõe-se uma volta rápida no tempo, àquela bifurcação que assinala entre as maneiras como Japão e China responderam ao impacto da modernização levada até eles pelos europeus. Diferentemente do Japão, a China não pôde conectar-se com a linha da revolução científica e tecnológica e caiu numa situação de subdesenvolvimento. Isso repercutiu no posicionamento dos dois países relativamente à outra dimensão da modernização, a do sistema de Estados: o Japão dotou-se de uma economia capitalista moderna e a China engrossou a fileira das econômicas ditas do Terceiro Mundo. Sua resposta política ao mundo da modernização foi o nacionalismo.¹¹

Os mais abalizados estudiosos da China dos últimos cento e cinquenta anos coincidem na descrição desse período como o da maré crescente de um nacionalismo que se sobrepôs às transformações institucionais por que foi passando o país: império, república, sistema comunista. A tese mais em voga é a de que o nacionalismo substituiu-se ao velho conjunto de idéias, dito culturalismo, através do qual os chineses se viam a si mesmos e identificavam seu lugar no mundo. O período entre 1895 e 1919 é considerado crucial a esse respeito. Em 1895, a derrota diante dos japoneses serviu de catalisador para o nacionalismo chinês; em 1919, o Movimento do Quatro de Maio sepultou de vez o culturalismo. Os comunistas chineses - cabe lembrar - se consideram os herdeiros diretos do radicalismo intelectual e contestatório do Quatro de Maio. Os analistas ocidentais da revolução comunista da China enfatizam sempre o conteúdo nacionalista da mesma. Michel Oksenberg criou inclusive a designação "nacionalistas confiantes" para os reformistas de Deng Xiaoping, com a sua crença de que a China poderá modernizar-se e

prosperar sem perder suas características nacionais.¹² Após uma longa e tumultuada trajetória por caminhos travessos, a China parece, afinal, ter-se engajado com as "Quatro Modernizações" na dinâmica da revolução científica. Como economia do Terceiro Mundo, era natural que fizesse isso, a exemplo do que já vinham fazendo os NPIs do Leste Asiático, buscando lições no Japão. Daí a importância da cooperação econômica entre os dois vizinhos, encetada nos anos 70.

Conforme acentuei, um ambiente internacional favorável a tal cooperação surgira naquela época em virtude do rompimento do embargo dos EUA às relações de terceiros países com a RPC. A Pax Americana começara a perder vigor, e as relações internacionais entrariam numa fase de pós-hegemonia, na qual inclusive ganhou peso novo o Japão, transformado agora em potência essencialmente civil, depois do rompimento com o sistema de Westphalia a que fora compelido, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, pelos EUA.¹³

Esses desenvolvimentos no plano internacional, com forte incidência sobre o contexto regional do Nordeste Asiático, condicionarão favoravelmente a cooperação econômica China-Japão. Mas para que pudesse ter tido ela início, foi necessária uma sutil alteração na distribuição de forças no seio da cúpula dirigente do comunismo chinês. O assunto merece ser examinado, pois contém ensinamentos para outras economias em busca de romper com o subdesenvolvimento. Lucian W. Pye, um dos melhores especialistas no desenvolvimento político do Leste Asiático, tem chamado atenção para o lento processo de decantação de resquícios culturalistas, por que teve de passar o nacionalismo chinês, até alcançar o estágio de coerência e convicção a que se refere Michel Oksenberg, com a sua designação de nacionalismo confiante.¹⁴

Tal como a modernização - afirma Pye - o nacionalismo é um produto da criação pelos europeus do sistema dos Estados Nacionais. Nacionalismo e modernização contêm, ambos, tensões entre legados e a cultura local pré-nacionalista e as normas universalistas do mundo cosmopolitano para o qual tende a modernização (na sua dimensão associada à revolução científica, v.g.). No caso concreto da China, nem Sun Yat-sen nem Mao Zedong, promotores de versões fortemente mobilizadoras no plano interno do nacionalismo chinês, mostraram-se capazes de abrir seus sistemas ao grande mundo, sem cuja tecnologia não haveria real modernização.¹⁵

O problema da importação de tecnologia estrangeira tinha sido um dos mais controvertidos nos dez ou quinze anos finais da era de Mao Zedong. A ala esquerdista do PCC insurgiu-se contra a ampliação do comércio externo e a compra de tecnologia

estrangeira em particular, argumentando não haver necessidade de criar uma perigosa dependência para o país. A China era capaz de desenvolver sua própria tecnologia, inclusive contribuindo para o crescimento da indústria nacional. Dirigentes de espírito cosmopolita como Chu Enlai e seu mais próximo colaborador, Deng Xiaoping, combatiam a estreiteza dessa visão e foi essa uma das principais razões dos dois ostracismos sofridos por Deng. Foi só após a morte de Mao, em 1976, e a lenta reedificação do controle dengista sobre o partido, que se tornou possível o lançamento das "Quatro Modernizações", concebidas muito tempo antes por Chu Enlai. Um dos quatro setores postos em foco é, precisamente, o da ciência e tecnologia.

Cumprir observar que no seu primeiro decênio de existência a RPC pôde levar à prática uma política coordenada de aquisição de tecnologia, traduzida grosso modo nas ilhas de excelência que deram à China o domínio da tecnologia nuclear e posições de relevo na indústria espacial e nos mísseis. Boa parte disso ficou, porém, restrito ao setor da defesa, sem efetiva difusão para a indústria civil. Os anos de esquerdismo restringiram ainda mais a propagação da ciência e da tecnologia, inclusive com a dizimação da comunidade científica, sob a Revolução Cultural. Os reformistas de Deng Xiaoping atacaram com vigor nessas diversas frentes, em particular na da formação de quadros: em 1984, havia doze mil estudantes chineses em cursos superiores e técnicos nos EUA, e outros tantos alhures em países ocidentais. Zonas Econômicas Especiais e parques de ciência de menores dimensões foram criados ao longo da faixa costeira do país, no intuito de atrair investidores internacionais para a criação de empresas modernas em parceria com grupos privados ou públicos chineses.¹⁶

Não cabe neste trabalho aprofundar o exame dos êxitos e das vicissitudes do esforço chinês em marcha, com vistas a conectar a China à revolução científica que está na essência da modernização. Limitar-me-ei a arredondar as observações já feitas, citando a conclusão a que chegou um enviado especial taiwanês, o senhor Chao Yao-tung, conselheiro presidencial e ex-Ministro da Economia, em Taiwan, que visitou a China em 1992 para verificar diretamente o estado das "Modernizações". Num relatório divulgado pela agência Central Daily News de Taipé (20.07.92), e após registrar o êxito da chamada 'industrialização' rural e a melhoria geral do padrão de vida da China, sublinhou Chao a sólida base de alta tecnologia de que se estavam dotando os chineses, somente superada no Leste Asiático pela base correspondente do Japão.

Evidentemente, essa conclusão do observador taiwanês refere-se à amplitude e seriedade com que os reformistas chineses estão levantando o seu sistema nacional de

inovação, sendo certo que a capacitação científica e tecnológica da China ainda está muito atrás do obtido pelo Japão, e inclusive dos avanços de Coreia do Sul e Taiwan em setores específicos. É sabido que a verificação do atraso em que a China estava caindo, relativamente aos seus vizinhos da orla asiática do Pacífico, foi um dos principais acicates para o lançamento das reformas de 1978. Deng Xiaoping apoiou-se naquele então em estudos da experiência do Japão e dos NPIs do Leste Asiático, produzidos por células de reflexão que continuam muito ativas junto às esferas dirigentes chinesas. O diretor de uma das mais influentes delas era, naquela época, Zhu Rongji, hoje um dos sete membros do comitê permanente do Birô Político do PCC e czar da economia chinesa.

Com mais de um século de demora, a China veio a repetir a decisão pioneira do Japão de enfrentar a dimensão científico-tecnológica da modernização. Levado por esse desiderato, o Estado centralizado instalado por Mao Zedong vai-se transformando num Estado desenvolvimentista de tipo japonês, formato estatal que não apresenta características conflitantes com a idéia de um socialismo de mercado. China e Japão estão assim convergindo para um esforço comum de modernização do Leste Asiático, em fase histórica caracterizada pelo declínio da hegemonia dos EUA, e na qual o Japão figura como um dos principais proponentes do modelo sócio-tecnológico para o século XXI. Além da possibilidade histórica que lhe está sendo dada, de consolidar-se como a primeira potência civil da era post-westphaliana.¹⁷

As tensões e conflitos econômicos do pós-hegemonia vieram empurrando o Japão para desdobrar sobre o Leste Asiático o seu próprio esforço de modernização. Fortalece-se naquela área uma teia de redes de companhias primordialmente japonesas, pelas quais circulam componentes, subsistemas, partes, materiais e equipamentos necessários à produção de manufaturas de alta intensidade tecnológica. A dependência desse conjunto, em que se entrosam o Japão, os NPIs da orla asiática do Pacífico e, crescentemente, a China, relativamente ao mercado e capitais dos EUA diminui sem cessar.¹⁸

O futuro da experiência modernizadora do Japão está sendo jogado na possibilidade de que se robusteça esse corpo produtivo independente, no essencial, da tecnologia e do saber-fazer americanos. O êxito da reforma das "Quatro Modernizações" será cada vez mais função do entrosamento da China com o Leste Asiático dinamizado pelo Japão. Salvo mudanças institucionais que não estão no horizonte e levariam para trás a roda da História, eu tendo então a ver China e Japão complementando-se numa promissora parceria.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Cf. Black, Cyril E.. The Dynamics of Modernization. A Study in Comparative History. New York: Harper & Row, 1966. Morse, Edward.. Modernization and the Transformation of International Relations. New York: The Free Press. 1976. Nagai, Michio. Development in the Non-Western World. Tokyo: The United Nations University, 1984. Esta última obra reúne valiosos trabalhos, inclusive do Dr. Cyril Black, apresentados numa conferência (Tóquio, 2223.03.82) dedicada ao estudo comparativo da modernização no Japão, China, Rússia, países árabes e América Latina; a abordagem desenvolvida nesses trabalhos influenciou meu próprio tratamento do tema.
2. Zacher, Mark W. "The Decaying Pillars of the Westphalian Temple: Implications for International Order and Governance", in Rosenau, James N. & Ernst-Otto Czempiel (eds). Governance without government: order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
3. Russett, Bruce et alli. World Handbook of Political and Social Indicators. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1964 (p 298) citado em Morse, Edward, op. cit. nota 1. pg. 7.
4. A bibliografia sobre a resposta do Japão ao impacto da modernização, na segunda metade do século XIX, é vastíssima; registrarei duas obras clássicas: Reischauer, Edwin O.. Japan, The Story of a Nation. Nova York: 1974. Allen, G.C. A Short Economic History of Modern Japan. London: Macmillan, 1981. Mais acessível para o leitor brasileiro é: Sette. Luiz Paulo Lindenbergh. A Revolução Samurai. São Paulo: Massao Ohno. 1991. Fundamental para acompanhar o esforço modernizador do Japão, da Restauração Meiji até os dias de hoje é: Samuels, Richard J.. "Rich Nation. Strong Army"- National Security and the Technological Transformation of Japan. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
5. Iriye, Akira. China and Japan in the Global Setting. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1992 (pg. 19).
6. Outro capítulo de bibliografia vasta é o da impotência da velha China diante do assalto da modernização. Uma obra clássica é: Fairbank, John K., The Great Chinese Revolution, 1800-1985. New York: Harper and Row, 1986. V. também: Skocpol. Theda. Estados e Revoluções Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1985. Bergère. Marie-Claire (ed) La Chine au XXe. Siècle. Paris: Fayard, 1989.
7. Uma valiosa apresentação dos processos paralelos de industrialização tardia de Alemanha e Japão é feita por Snyder, Jack. Myths of Empire. Ithaca: Cornell University Press, 1993. V. também: Rosecrance, Richard. The Rise of the Trading State, New York: Basic Books, 1986.
8. O livro de Marie-Claire Bergère, citado na n. 6, é muito rico para todo esse período. V. também: Taylor, Robert. L'Axe Chine-Japon, Une Nouvelle Force Mondiale? Paris: Economica, 1985. Macridis, Roy C. (ed). Foreign Policy in World Politics: States and Regions. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1990 (as políticas externas de China e Japão são tratadas, nesse livro, respectivamente por Allen S. Whiting e Robert A. Scalapino, dois reputados especialistas).
9. V. o livro de Jack Snyder, citado na n. 7. A propósito de "sobre expansão" imperial: Kennedy, Paul. The Rise and Fall of the Great Powers. London: Unwin, 1988. Rasler, Karen A. & William R. Thompson. The Great Powers and Global Struggle - 1490-1990. Lexington: The University Press of Kentucky, 1994.
10. Para o quadro político e as intenções determinadoras do lançamento das "Quatro Modernizações", v.: Baum, Richard (ed). China's Four Modernizations. Boulder: Westview Press, 1980. Barnett, A. Doak & Ralph N. Clough (eds). Modernizing China. Boulder: Westview Press, 1986. Evans, Richard. Deng Xiaoping and the Making of Modern China. New York: Viking, 1994.
11. V. em especial: Moulder. Frances V.. Japan, China and the Modern World Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
12. Para a trajetória do nacionalismo chinês, cf. Fitzgerald, C.P. The Chinese View of their Place in the World. London: Chatam House Essays, 1964. Teng, Ssu-Yu & John K. Fairbank (eds). China Response to the West. New York: Atheneum, 1966. A revista The Australian Journal of Chinese Affairs (ANU, Canberra) tem-se ocupado regularmente do problema. Assim: jan 92 - James Townsend, "Chinese Nationalism"; jan 93 - Lucian W. Pye, "How China's Nationalism was Shaped"; jul 93 - Prasenjit Duara, "DeConstructiong the Chinese Nation"; jan 95 - John Fitzgerald, "The Nationless State: The Search for a Nation in Modern Chinese Nationalism".
13. A caracterização de Alemanha e Japão como potências de um novo tipo, "potências civis", é feita com vigor por Hanns W. Maull, em artigo no número de inverno 1990/91, da revista Foreign Affairs. Para acompanhar a evolução da opção pacifista do Japão, v.: Mc Cormack, Gavan & Yoshio Sugimoto,

Democracy in Japan. Armonk: M.E. Sharpe, 1986. Harries, Meirion and Susie, Sheathing the Sword. London: Hamish Hamilton, 1987. Pyle, Kenneth B., "Japan the World, and the Twenty-first Century, in Inoguchi, Takashi & Daniel I. Okimoto (eds), The Political Economy of Japan (vol II). Stanford: Stanford University Press, 1988. Kataoka, Tetsuya, The Price of a Constitution. New York: Crane Russak, 1991. Coulmy, Daniel, Le Japon et sa Défense. Paris: Foundation pour les Études de Défense Nationale, 1991.

14. Oksenberg, Michel, "China's Confident Nationalism", in Foreign Affairs, vol 65 n. 3 (1986).

15. Pye, Lucian W., v. artigo citado na n. 12, e também: Asian Power and Politics. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1985.

16. As análises dos primeiros três lustros do reformismo chinês já são incontáveis e continuam aumentando. Não tentarei sequer listar a massa de artigos em revistas como The China Quarterly, de Oxford, GB; The Pacific Review, de Londres; Asian Survey, de Berkeley, Califor.; e muitas outras, nos quais me abeberei. No tocante a livros, registro uns poucos, escolhidos por darem ênfase ao ângulo da modernização tecnológica: Lampton, David M. & Catherine H. Keyser, China's Global Presence. Washington: American Enterprise Institute, 1988. Cannon, Terry & Alan Jenkins, The Geography of Contemporary China. New York: Routledge, 1990. Macchiarola, Frank J. & Robert B. Oxnam, The China Challenge. New York: The Asia Society, 1991. Howell Jude, China Opens its Doors, Harvester Wheatsheaf (GB): Lynne Rienner, 1993. White Gordon, Riding the Tiger. Stanford: Stanford University Press. 1993. Valiosos são também os Pacific Economic Papers, publicados com regularidade pelo Australia-Japan Research Centre da Universidade Nacional da Austrália (Canberra).

17. Limitar-me-ei a indicar alguns livros recentes, que descrevem o novo quadro político-estratégico em que se vai reestruturando o Leste Asiático: Inoguchi, Takashi, Japan's International Relations. Boulder: Westview Press, 1991. Cronin, Richard P. Japan, the United States and the prospects for the Asia Pacific century. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 1992. Akaha Tsuneo & Frank Langdon, Japan in the Post hegemonic World. Boulder: Lynne Rienner, 1993. Hsiung, James C. (ed), Asia Pacific in the New World Politics. Boulder: Lynne Rienner, 1993. Curtis, Gerald L., The United States, Japan, and Asia. New York: W. W. Norton & Co., 1994. Mandelbaum, Michael, The Strategic Quadrangle. New York: Council on Foreign Relations Press, 1995.

18. Por sua própria atualidade, o tema da interdependência econômica e tecnológica do Leste Asiático há de ser buscado em periódicos. Já há, porém, livros que ajudam a compreender o quadro; por exemplo: Guile, Bruce R. & Harvey Brooks, Technology and Global Industry. Washington: National Academy Press, 1987. Soesastro, Hadi & Mari Pangestu (eds), Technollogical Challenge in the Asia-Pacific Economy. London: Allen & Unwin, 1990. Sandholtz, Wayne and others, The Highest Stakes. New York: Oxford University Press, 1992. Faliows, James, Looking at the Sun. New York: Pantheon Books, 1994.